



Tribunal de Justiça do Estado da Bahia  
Comissão Especial de Informática

	<b>ATA de REUNIÃO ORDINÁRIA - Maio/2022</b>	
	Assunto Principal: <b>Acompanhamento da resolução das demandas da AMAB</b>	Data: <b>24/05/2022 (Ter)</b>
	Redator: <b>Afranio Pedreira Junior</b>	Local: <b>Sala de Reuniões da SETIM</b>
		Horário: <b>14:00 / 15:41</b>

Participantes	
Nome/Cargo	Assinatura
DESEMBARGADOR MÁRIO AUGUSTO ALBIANI ALVES JÚNIOR (Presidente)	
DESEMBARGADORA PILAR CÉLIA TOBIO DE CLARO (Membro Titular)	
DESEMBARGADOR MANUEL CARNEIRO BAHIA DE ARAÚJO (Membro Titular)	
JUIZ DE DIREITO RAIMUNDO NONATO BORGES BRAGA (Membro Titular)	
JUIZ DE DIREITO PEDRO ROGÉRIO CASTRO GODINHO (Membro Titular)	
RICARDO NERI FRANCO (Secretário de TI e Modernização)	
MARCUS VINÍCIUS FERNANDES (Secretário-geral da UNICORP)	
HENRIQUE ROMA LIMA (Diretor de Informática)	
MANOEL JOAQUIM SOARES LIMA FILHO (Diretor de Modernização)	
GUSTAVO DE ARAÚJO ALVES BARBOSA (Assessor de Segurança da Informação)	
AFRANIO PEDREIRA DE OLIVEIRA JUNIOR (Servidor da Comissão Especial de Informática)	

**PAUTA DA REUNIÃO**

Item	Descrição
A	Acompanhamento da resolução das demandas da AMAB
B	Definir Plano de Ação para atendimento às demandas do MP
C	Implantação do Plenário Virtual
D	PJE - Migração para a nova versão - avaliação das demandas de capacitação
E	O que ocorrer



Tribunal de Justiça do Estado da Bahia  
Comissão Especial de Informática

**Desenvolvimento da Pauta**

Às 14:00h do dia 24.05.2022 (terça-feira), na sala de reuniões da SETIM, o Presidente da Comissão Especial de Informática - CEIN, Desembargador Mário Augusto Albiani Júnior, procedeu à abertura dos trabalhos da Reunião Ordinária do mês de maio de 2022 da CEIN, agradecendo a presença de todos. Inicialmente, o Presidente pôs em discussão a Ata da Reunião Ordinária do mês de abril de 2022, ocorrida no dia 26 do referido mês, cujo teor havia sido disponibilizado para conhecimento prévio dos seus participantes, através do grupo de WhatsApp da CEIN, a qual foi unanimemente aprovada e assinada pelos presentes ao aludido encontro. Em seguida, deu as boas vindas ao Membro Titular da Comissão Desembargador Manuel Bahia de Araújo, por ser esta a primeira reunião à qual o mesmo estava a participar, agradecendo-lhe a colaboração. O Desembargador Manuel Bahia agradeceu as boas vindas ao Presidente, explicando que suas ausências nas reuniões pregressas se dera por conta de conflito de horário, das mesmas, com as sessões da sua Câmara Isolada, momento em que o Desembargador Mário Albiani Júnior informou que atentaria, daqui para a frente, ao marcar as reuniões, para que o horário escolhido não mais viesse a conflitar com o da referida Sessão de Julgamento.

**A Acompanhamento da resolução das demandas da AMAB**

Iniciando a pauta da reunião pelo seu primeiro item, o Presidente fez um resumo dos temas abordados nas reuniões passadas, explicando aos presentes que fora desenvolvido pela Comissão de Informática, em conjunto com a SETIM, um planejamento estratégico voltado à resolução das demandas encaminhadas pela AMAB, acerca dos problemas que estavam sendo enfrentados pelos Magistrados de primeiro grau, ao utilizarem a versão do PJE desenvolvida para aquela instância. Que tal planejamento fora pautado na priorização das demandas mais impactantes para o cotidiano das referidas Unidades Judiciárias e, simultaneamente, menos complexas, e que, com base no mesmo, a SETIM desenvolvera um sistema de acompanhamento da execução das ações necessárias à resolução das citadas solicitações. Enfatizando que o atendimento às demandas do primeiro grau deverá ser, sempre, a prioridade de todas as gestões do PJBA, o Presidente da CEIN explicou que a mesma metodologia de planejamento há de ser adotada para atendimento às demandas oriundas de outros Órgãos do Sistema de Justiça, tais como, Ministério Público, Defensoria, Ordem dos Advogados, Procuradorias, dentre outros. O Membro da Comissão, Juiz Raimundo Braga, fazendo uso da palavra, elogiou o trabalho da SETIM, informando que os prazos para resolução de cada uma das demandas, estabelecidos em comum acordo com a AMAB, estão sendo, efetivamente, cumpridos. O Presidente da Comissão, retomando a condução dos trabalhos, salientou que se trata de um esforço conjunto, para o qual já se fazem sentir os primeiros resultados, sobretudo pela notória redução no número de reclamações que chegam, diariamente, à Comissão de Informática, bem como, pelo *feedback* dado pelos juízes e pela própria AMAB. Prosseguindo na sua exposição, o Desembargador Mário Albiani Júnior explicou que fora o próprio Membro da CEIN, Doutor Raimundo Braga, quem o convencera que o PJE poderia atingir um nível razoável de qualidade, dado que fossem resolvidas as pendências apontadas pelos Magistrados, apontando o custo-benefício como o fator primordial para sua adoção pelo PJBA. Nesse momento, o Presidente passou a palavra ao Secretário de TI, Ricardo Neri, para que o mesmo realizasse a apresentação do seu relatório. O Secretário iniciou por reiterar os agradecimentos pelo apoio dado pela



**Tribunal de Justiça do Estado da Bahia**  
**Comissão Especial de Informática**

Comissão Especial de Informática e pela AMAB, sobretudo pelo tempo despendido por esses Órgãos nas várias reuniões realizadas, em conjunto, desde o início da atual Gestão do PJBA. Disse que tem buscado se colocar no lugar do usuário, porque é este quem sofre com a instabilidade do PJE. Agradeceu, particularmente, ao Doutor Raimundo Braga pela colaboração, em especial por ter organizado um grupo de trabalho com os Magistrados, o qual tem sido essencial para identificar os problemas e validar as soluções desenvolvidas pela SETIM. Lembrou que essa Secretaria utilizou, como requisitos para priorização das demandas, os critérios "impacto" e "complexidade", iniciando o trabalho de resolução das mesmas pelas menos complexas e mais impactantes, em termos de transtornos causados ao cotidiano laboral de Magistrados e Servidores, como já fora pontuado pelo Presidente da CEIN. Explicou que há, ainda, diversos outros projetos em desenvolvimento pela SETIM, mas que o PJE de Primeiro Grau fora a prioridade absoluta estabelecida pelo Presidente do TJBA, Desembargador Nilson Castelo Branco, para a sua gestão. Informou, ainda, que, após detido estudo, a equipe técnica identificou 10(dez) "queries" (consultas ao banco de dados) bastante utilizadas pela aplicação PJE, que necessitavam ser "refatoradas", pois estavam degradando, sobremaneira, a performance do sistema, ao levarem, em alguns casos, até segundos(s) para retornar os respectivos resultados. E, que, após tais otimizações, as "queries" passaram a ser executadas em poucos milissegundos(ms), redundando em melhoria significativa na experiência do usuário e na performance global do sistema. Ressaltou, também, que das 16(dezesseis) demandas priorizadas pela AMAB, oito(8) já haviam sido atendidas, conforme planilha que acabara de encaminhar para o grupo de WhatsApp da CEIN. Citou, como exemplo de demanda já atendida, a impressão de mensagens padronizadas nas cartas de A.R., funcionalidade que havia sido desenvolvida para a versão 2.0, perdida com a migração de versões e, agora, reincorporada à versão 2.1. O Secretário de TI salientou, que, à medida que os problemas mais urgentes forem sendo resolvidos e, conseqüentemente, os ânimos se acalmando, a SETIM reiniciará o trabalho de melhoria de outras funcionalidades, além da agregação de evoluções, retomando as atividades do Laboratório de Inovações Judiciais, o que deverá acontecer já no segundo semestre deste ano. Nesse ponto, o Desembargador Mário Albiani Júnior destacou o acerto do caminho que vem sendo adotado, baseado na eleição de prioridades, em especial, a meta inicial de "acalmar" a área de negócios. Fazendo uso da palavra, o Membro da Comissão, Juiz Raimundo Braga, falando em nome dos Magistrados de Primeiro Grau, agradeceu à SETIM por ter aberto um canal mais célere, via WhatsApp, para a postagem de reclamações urgentes pelos Juizes. Lembrou, o Membro da CEIN, que a implantação do SAJ também fora traumática, mas enfatizou que as reclamações vêm sendo, verdadeiramente, reduzidas. Nessa esteira, a Titular da Comissão Especial de Informática, Desembargadora Pilar Célia Tobio de Claro salientou a importância do aprimoramento dos canais de comunicação dos Magistrados de Primeiro Grau com a SETIM, pontuando sobre a frustração que é não ser ouvido, não saber a quem se dirigir para solicitar a solução de determinado problema e, que, em alguns casos, até mesmo um "não" é bem-vindo, concluindo por parabenizar a SETIM ao entender a importância para o Primeiro Grau em ser devidamente escutado. O Juiz Raimundo Braga, nesse momento, sugeriu que a Rede de Governança do PJBA, formada por, aproximadamente, 15(quinze) juizes, pudesse, também, trazer demandas para a Comissão Especial de Informática. Respondendo à solicitação do Integrante da CEIN, o seu Presidente, Desembargador Mário Albiani Júnior, explicou que seria interessante, antes de acolher as demandas oriundas da Rede de Governança, que a SETIM finalizasse o atendimento às solicitações da



Tribunal de Justiça do Estado da Bahia  
Comissão Especial de Informática

AMAB, por se encontrar tal Secretaria, neste preciso momento, demasiadamente "apertada" para finalizar o atendimento às dezesseis demandas da referida Associação, afora as suas atribuições ordinárias. O Juiz Raimundo Braga enfatizou a importância de se ouvir a Rede de Governança do PJBA, por representar esta, também, as demandas dos Magistrados de Primeiro Grau, momento em que, o Presidente da CEIN solicitou-lhe sugerir como seria feita, na prática, tal aproximação. O Doutor Raimundo Braga explicou que a Rede de Governança interage, hoje, diretamente, com a Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau. Sugeriu que a responsável pela Coordenadoria, Desembargadora Cynthia Resende, encaminhasse à Comissão Especial de Informática as demandas da enunciada Rede. Nesse ponto, o Secretário de TI, Ricardo Neri Franco, sugeriu a realização de reuniões virtuais entre a SETIM, a Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau e os integrantes da Rede de Governança, acrescentando que abrisse um canal de comunicação direto entre a sua Secretaria e a Diretoria de Primeiro Grau (DPG). O Presidente da Comissão Especial de Informática explicou que, além da prioridade pela estabilização do PJE, também o Ministério Público já apresentara, em momento anterior, o seu rol de demandas, a exigir a formatação de um Plano de Ação pela SETIM, o que, então, o levava a solicitar ao Membro da Comissão, Juiz Raimundo Nonato Braga, que procedesse à coleta das demandas da Rede de Governança, em conjunto com a Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau e a Diretoria de Primeiro Grau, preparando uma relação de prioridades da referida Rede, nos moldes da lista encaminhada à Comissão Especial de Informática pela AMAB. - x - x - x - x - x

**B Definir Plano de Ação para atendimento às demandas do MP**

Passando ao segundo ponto da pauta, atendimento às demandas do MP, o Presidente da CEIN disse que tal trabalho já poderia ser iniciado, autorizando à SETIM que contactasse os responsáveis pela área tecnológica daquela Instituição. Fazendo uso da palavra, Ricardo Neri informou contar o Ministério Público estadual com uma competente equipe de TI, o que facilitaria bastante o atendimento às suas demandas. O Desembargador Mário Albiani Júnior ponderou que a SETIM, ao elaborar Plano de Ação para atendimento às demandas do MP, deveria agir com muita cautela, pois metade das demandas da AMAB ainda estavam pendentes de resolução e que havia, ainda, outras demandas a serem atendidas, em paralelo, por aquela Secretaria, citando, a exemplo, a implementação da Plataforma Digital do Poder Judiciário, cujo termo final do prazo dado pelo Conselho Nacional de Justiça seria o próximo dia 30 de junho. Nesse instante, a Desembargadora Pilar Célia Tobio de Claro elogiou o trabalho que vem sendo desenvolvido pela SETIM, momento em que o Secretário Ricardo Neri Franco agradeceu-lhe o incentivo, informando que ainda há muito o que ser feito pela sua pasta e, exemplificando, citou a tarefa de aprimoramento dos sistemas administrativos, além de outras demandas que, por certo, aquela Unidade continuaria a receber.

**C Implantação do Plenário Virtual**

O Presidente da CEIN passou ao terceiro ponto da pauta da reunião, "Implantação do Plenário Virtual", informando que a primeira experiência nessa plataforma seria realizada já na próxima quinta-feira, inicialmente em formato híbrido, momento em que o Secretário de TI informou que a SEJUD já estaria realizando treinamento dos usuários na ferramenta. O Desembargador Mário Albiani Júnior informou que a UNICORP poderia ministrar a aludida capacitação, caso necessário. O Membro Titular da Comissão Especial de Informática, Desembargador Manuel Bahia ratificou que o primeiro Pleno



Tribunal de Justiça do Estado da Bahia  
Comissão Especial de Informática

Virtual seria, ainda, no formato híbrido, momento em que a Desembargadora Pilar de Claro pontuou que o formato híbrido aconteceria, ainda, por algum tempo, apontando as vantagens do formato virtual, especialmente para os advogados, que podem proceder às suas sustentações do conforto dos seus lares ou escritórios e, no caso dos causídicos de outros municípios ou estados, economizar com passagens aéreas e hospedagem. O Desembargador Mário Albiani Júnior lembrou que há previsão na LOJ para instalação de "postos avançados" nas comarcas desativadas, os quais poderiam dar acesso ao Plenário Virtual a advogados e partes residentes nos respectivos municípios. Nessa linha, a Desembargadora Pilar Célia sugeriu a disponibilização de pequenas salas nesses municípios, mediante convênio com as prefeituras, para que advogados e partes pudessem, através de sistemas de videoconferência, ter acesso às soluções da Justiça Digital. Sobre esse ponto, o Presidente da Comissão Especial de Informática lembrou o transtorno que é, para o cidadão detentor de poucos recursos financeiros e, em especial, para o cidadão idoso, deslocar-se dos distritos às sedes dos municípios, momento em que o Desembargador Manuel Bahia fez uma analogia desses postos avançados com a solução denominada "correspondente bancário", de há muito utilizada pelo sistema financeiro nacional, que propicia capilaridade a custo extremamente baixo. - x

**D** PJe - Migração para a nova versão - avaliação das demandas de capacitação

Passando ao quarto item da pauta, o Presidente da CEIN iniciou por questionar ao Secretário de TI se a nova versão do PJe, a 2.2, a ser implantada, contemplava o recurso da assinatura por lote, uma vez que a versão corrente só permitiria a utilização dessa facilidade através de um artifício, deveras tão trabalhoso, que tornava tal procedimento ainda mais lento que a opção de assinar individualmente cada documento. Ricardo Neri explicou que a nova versão do multicitado sistema - a 2.2 - funcionará de forma integrada à Plataforma Digital do Poder Judiciário, o que permitirá a adição de módulos, tal como o aludido assinador por lote, de forma muito mais fácil e rápida que o modo como é feito nos dias de hoje ("hardcoded"). O Secretário de TI aproveitou a oportunidade para solicitar ao Presidente da Comissão Especial de Informática que o ajudasse a montar um grupo de Magistrados e Servidores para testar e homologar a Plataforma Digital do Poder Judiciário no PJBA. O Presidente da CEIN questionou ao Secretário de TI se a Plataforma já não viria homologada pelo seu desenvolvedor, o CNJ, momento em que o Diretor de Modernização, Henrique Roma, explicou que o procedimento de homologação de novas funcionalidades agregadas ao PJE é uma recomendação insculpida em resolução do próprio Conselho Nacional de Justiça. O Secretário de TI complementou dizendo que o CNJ disponibilizara a nova versão nacional do PJE, a 2.2, mas, que, ao se mesclá-la a funcionalidades integrantes de versões locais anteriores, como se está a realizar, far-se-ia imprescindível proceder à sua homologação. O Desembargador Mário Albiani Júnior ponderou que, com o tempo, as funcionalidades da versão 2.0, perdidas quando da última migração, seriam incorporadas à futura versão do PJE, momento em que o Secretário Ricardo Neri explicou que não haverá mudanças estruturais na nova versão (a 2.2) e que, praticamente, todas as funcionalidades da atual versão em uso, a 2.1, já teriam sido incorporadas à versão a ser implantada, a 2.2, por força do trabalho conjunto desenvolvido entre SETIM, AMAB e Comissão de Informática. Nessa esteira, o Juiz Raimundo Nonato lembrou a necessidade de realização de testes na funcionalidade de "A.R.", em conjunto com os servidores dos cartórios. O titular da SETIM respondeu que a pasta estava sobrecarregada naquele momento, por conta do exíguo prazo dado pelo CNJ para



Tribunal de Justiça do Estado da Bahia  
Comissão Especial de Informática

implantação da PDPJ, 30 de junho, estando a negociar com aquele Órgão a dilação desse prazo para o final de agosto. Quanto ao treinamento na nova versão do PJE, objeto do item "D" da pauta, ora em discussão, Ricardo Neri informou que a SETIM "segurou" a realização de tal procedimento, de forma que não fosse feita capacitação em uma versão a ser descontinuada, a 2.1, atualmente em uso, haja vista a iminente implantação da versão 2.2. - x - x -

**E O que ocorrer**

Adentrando à parte final da pauta, o Presidente da CEIN, Desembargador Mário Augusto Albiani Alves Júnior iniciou por determinar o registro em Ata da aprovação da proposta trazida pelo Membro Titular da Comissão, Juiz Raimundo Braga, de coletar, com vistas à análise e possível incorporação à versão 2.2 do PJE de Primeiro Grau, as sugestões oferecidas pela Rede de Governança Corporativa do PJBA. Seguidamente, saudou e agradeceu, mais uma vez, ao Desembargador Manuel Bahia, dando-lhe as boas-vindas às reuniões da Comissão Especial de Informática. Salientou que o Desembargador irá colaborar em muito com os trabalhos da Comissão, explicando que o seu papel, como Presidente é, tão somente, o de coordenação dos trabalhos. Que a presidência é, efetivamente, coletiva, pois, na atualidade, o diálogo há de ser, sempre, horizontal. Citou, como exemplo da adoção dessa postura, o trabalho prioritário que vem sendo realizado pela Comissão Especial de Informática em conjunto com a SETIM, qual seja, a estabilização do PJE, o qual, tal como a construção de uma decisão judicial colegiada, é fruto de participação coletiva, de diálogo. Acrescentou, o Desembargador Mário Albiani Júnior, que participara, naquele mesmo dia, de Reunião de Análise Estratégica do PJBA, a qual fora precedida por um amplo debate. E que tem levado todos os valiosos conhecimentos de gestão que vem adquirindo, para o dia a dia do seu Gabinete. Dentro do espírito dessa fase da reunião ("o que ocorrer"), o Titular da CEIN, Juiz Raimundo Nonato Braga questionou ao Secretário de TI sobre as medidas que a sua pasta vem adotando na área de Segurança da Informação, sobretudo diante do volumoso número de ataques cibernéticos, diariamente, divulgados pela mídia, a exemplo do que ocorrera, em momento recente, contra o TRF-3, sugerindo a realização de um Workshop acerca do tema, no final do corrente ano. Nessa esteira, o Juiz Pedro Godinho, membro da Comissão Especial de Informática, sugeriu ao titular da SETIM a divulgação, no site do PJBA, de "cards" contendo dicas, alertas e recomendações à comunidade de usuários, ao derredor do assunto, em tela. Ricardo Neri Franco explicou que o tema "Segurança da Informação" é a "bola da vez" na área de TI, haja vista a inexorável tendência de digitalização da vida em sociedade. O Presidente da CEIN intercedeu dizendo que há que ser observada, cada vez mais, a questão do cuidado com a divulgação e manipulação de dados das pessoas físicas, haja vista tal matéria já ser objeto de legislação própria, no caso, a chamada Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, LGPD. O Secretário de TI ilustrou a matéria em debate, citando artigo recente, publicado no site Jusbrasil, que relatava o ajuizamento de uma ação de danos morais por uma parte, portadora do vírus HIV, porquanto tal condição viera ao conhecimento do seu parceiro através de informação pública disponibilizada por um sistema de Processo Eletrônico utilizado por um tribunal brasileiro. Nesse momento, Ricardo Neri passou a palavra ao Assessor de Segurança da SETIM, Gustavo Barbosa, o qual, elogiando a sugestão quanto à realização de um Workshop sobre o assunto, posta pelo Juiz Raimundo Braga, opinou que, durante o mesmo, poderiam ser divulgados, dentre os seus participantes, cuidados e medidas práticas a serem adotadas, cotidianamente, tais como, atenção redobrada antes de se clicar em "links" recebidos por e-mail, notificações ou WhatsApp e a responsabilidade



Tribunal de Justiça do Estado da Bahia  
Comissão Especial de Informática

pela guarda de senhas e "tokens" para assinatura digital. Sugeriu o Assessor de Segurança, por último, a elaboração, pela ASCOM, de um plano de comunicação específico para o tópico em debate, "Segurança da Informação". A Desembargadora Pilar Célia Claro corroborou a sugestão do Juiz Pedro Godinho sobre a confecção e divulgação de "cards", complementando que poderiam ser do tipo que se iniciam com o título "Você Sabia?". A Titular da Comissão prosseguiu explanando que a sua geração não fora preparada para lidar com TI, ainda que trabalhe, o dia inteiro, com sua matéria-prima, a informação. Que falta conhecimento aos integrantes dessa faixa etária sobre tais recursos e que, por isso, solicitava ao Secretário que realizasse treinamentos mais amíúde com esse público, acrescentando que, a SETIM é, hoje, o setor de maior relevância para a atividade-fim do PJBA. Finalizou a Desembargadora Pilar a sua explanação recordando que tivera a sorte de participar, na década de 1980, das primeiras iniciativas do Poder Judiciário do Estado da Bahia na área de informática, quando ainda atuava como servidora, alimentando o primeiro sistema de informação desse Poder, o SAIF, Sistema de Automação e Informação Judiciária, o qual fornecia às partes e advogados, através de totens instalados no hall de entrada do prédio anexo ao Fórum Ruy Barbosa, um resumo impresso das últimas movimentações dos processos judiciais. E que, hoje, boa parte dos Juízes e Desembargadores, por falta de conhecimento básico de TI, dependem quase que totalmente dos seus assessores para utilização dos sistemas de informação, tal como o PJE. E como já se avizinhasse o encerramento da reunião, o Diretor de Informática, Henrique Roma, solicitando o uso da palavra para fazer um comunicado, informou que já estava o seu setor a realizar a distribuição, junto às secretarias das varas, de "Webcams" destinadas à gravação e realização de audiências. Complementou o Diretor de Informática informando, que, a licitação para aquisição de 4.000(quatro mil) computadores do tipo Desktop estava em vias de ser concluída, já tendo sido superada a fase recursal, a mais demorada nesse tipo de procedimento administrativo. Acrescentou, que, tal aquisição iria apaziguar a maior fonte, na atualidade, de reclamações dos usuários do PJBA, qual seja, a falta, avaria e/ou obsolescência desse tipo de equipamento, o mais utilizado no cotidiano por Magistrados e Servidores. Informou, ainda, Henrique Roma, que o problema de "cair a fila" do Balcão Virtual, trazido à baila em reunião anterior da Comissão de Informática pela Desembargadora Pilar Claro, estava prestes a ser resolvido, por conta de avançado estágio nos entendimentos mantidos com a empresa Microsoft, que disponibilizará a mesma ferramenta utilizada, para tal propósito, pelos Tribunais de Justiça dos estados de São Paulo e Pernambuco. A Desembargadora Pilar Célia Tobio de Claro fez questão, nesse instante, de consignar a sua alegria por ver as coisas "tomando forma", "acontecendo". - x - x - x - x - x - x - x - x - x -

**Encerramento**

Nesse ponto, o Presidente da Comissão Especial de Informática franqueou a palavra aos presentes e, porque dela ninguém quisesse mais fazer uso, deu por encerrada a reunião, às quinze horas e quarenta e um minutos da mesma data do seu início.- x - x - x - x - x - x - x - x - x - x - x - x - x - x - x -